

Redacção e administração
R. de S. Martinho

Aveiro

POVO DE AVEIRO

SEMANARIO REPUBLICANO

Officina de impressão
R. de S. Martinho, AVEIRO,

EDITOR, Manuel Homem Christo

Numero 231

Assignaturas
AVEIRO—Um anno, 1\$200 réis. Semestre, 600. Fóra de Aveiro, um anno 1\$300. Semestre 650 réis. Brasil e Africa, anno 2\$500. Semestre, 1\$500 réis (fortes).
PAGAMENTO ADIANTADO

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

Publicações
No corpo do jornal, cada linha, 40 réis. Anuncios, cada linha, 30 réis. Permanentes, mediante contrato.
Os srs. assignantes tem desconto de 30 por cento.
NUMERO AVULSO, 30 REIS

4.º Anno

O FRANQUISMO

Não pretendemos que o sr. João Franco seja recebido á pedrada, na sua digressão pela provincia. Mas tambem não somos de opinião que o sr. conselheiro seja recebido de bom animo, pelo simples facto de protestar contra a colligação criminosa entre José Luciano e Hintze.

Ha protestos que elevam e ha protestos que deprimem. Eleva tudo quanto é sincero e quanto é corajoso. Deprime tudo quanto é hypocrita e quanto é covarde.

A primeira coisa a averiguar é se os principaes responsaveis pela tremenda abjecção em que cahiu o paiz são José Luciano e Hintze Ribeiro. São?

Quem, em boa consciencia, é capaz de o afirmar?

José Luciano e Hintze Ribeiro são auctores ou são cúmplices? São os mandantes, ou são os mandados?

Não ha duvida nenhuma que um cúmplice é um criminoso. Mas não ha duvida nenhuma tambem, á face da lei e da moral, que o auctor é mais criminoso do que o cúmplice.

Se José Luciano, se Hintze Ribeiro são auctores, são mandantes, o dever de todos os patriotas é acolher com benevolencia o protesto de João Franco, ainda mesmo duvidando-se de que João Franco possa, politicamente, ser melhor do que José Luciano ou Hintze Ribeiro. Mas se o chefe progressista e o chefe regenerador são simples cúmplices, acolher-se de boamente o chefe francaceo é commetter-se um crime de lesa-patria, além de uma immoralidade patente e de uma injustiça flagrante, porque é deixar permanecer o paiz n'um erro deploravel, n'uma confusão desgraçada, porque é arrastar a opinião n'este circulo vicioso que só tem servido para engrandecer os especuladores e afundar o paiz.

O que resolve João Franco? Não resolve nada. Para que acolhe-lo, então, de boamente? Para sermos ludibrio, ou para sermos cúmplices tambem?

João Franco vae ao poder. Mas como a causa não era José Luciano nem Hintze Ribeiro, João Franco faz o mesmo, necessariamente, que fizeram o chefe progressista e o chefe regenerador. E depois levanta-se outro salvador, José Fagundes ou João Fernandes. E depois outro. E depois outro. E assim vamos, de transigencias em transigencias, de covardia em covardia, de imbecilidade em imbecilidade, sem um arranço para nos atirmos ao mal com a energia louca, já que não somos capazes d'uma energia serena, de homem perdido que

sabe ao menos morrer onde não soube viver.

Quem conheceu a *esquerda dynastica*, quem conheceu a *liga liberal* e quem conhece o *franquismo* sabe que a massa d'uns é a massa do outro. Os figurantes do franquismo foram, em grande parte, os figurantes da *liga liberal*, como os figurantes da *liga liberal* foram, em grande parte, os figurantes da *esquerda dynastica*. A'manhã, dissolvido o franquismo, lá apparecem elles no grupo politico que lhe succeder. Entretanto o paiz afunda-se, á espera que os cavalheiros se resolvam a ter coragem para atacar a enfermidade na origem. E nós, os republicanos, havemos de receber de boamente todos os protestos, comparsas imbecis ou ignobeis.

Não pôde ser. O paiz não pôde esperar, não tem que esperar. A péra já cahiu de madura. Está no chão a apodrecer. Aqui já não se engana ninguém. Todos vêem claro, tão nitida a situação se tornou. Enganam-se os comedores, os que comeram ou querem comer, os pusillanimes, os covardes. Enganam-se porque querem. Apparentam que se enganam. No fundo não se engana ninguém.

Os republicanos não podem, pois, não devem, sob pena de se tornarem infames, receber com benevolencia nenhum protesto que, sob o ponto de vista que estamos tratando, se formar dentro da monarchia. Fazê-lo é protrahir a situação, é enganar o povo, é mentir, é servir a hypocrisia, é usar da cumplicidade que condemnam em José Luciano e em Hintze Ribeiro. E' faltar á honra individual e á honra collectiva.

Uma coisa é fazer politica de opportunismo, outra coisa é fazer politica de abdicção. Politica oportunista faz-se na Inglaterra, faz-se na Alemanha, faz-se na Italia e ainda se poderia fazer, em ultimo caso, na propria Hespanha. Accusa-se de despotismo e reacção a monarchia hespanhola, e nós não contestamos. Mas o que é certo é que com o direito de reunião que existe em Portugal, com a nossa lei eleitoral e com os processos que se usam entre nós, os republicanos hespanhoes não levariam um unico deputado ás camaras, por mais republicana que fosse a Hespanha.

Pôde-se fazer politica oportunista em qualquer d'esses paizes, onde se abre caminho á evolução. Entre nós, não, a não ser em algum ponto muito isolado, ás escondidas da vista do Cesar, e d'uma maneira muito restricta.

Em Hespanha, Canalejas proclama a necessidade do partido republicano e louva o seu civismo. Em Portugal, João Franco, depois de ter praticado os mais odiosos attentados contra a democracia, inicia o periodo acti-

vo da sua politica investindo com os republicanos.

Não nos illudamos, pois. O protesto de João Franco não eleva, mas deprime. Não esclarece, mas perturba. Não tem, sequer, a virtude de ser um protesto honrado. João Franco sabe o que pôde fazer e sabe o que ha de fazer. E sabe-o, porque varias vezes tem sido ministro da corda. Ha de sé-lo nas condições em que o tem sido. Sabe que não pôde fazer nada em favor do paiz e que ha de fazer tudo em favor d'algum.

O protesto de João Franco seria honrado se elle viesse ao seio do paiz dizer: Senhores, a nossa morte está no poder pessoal. Enquanto esse poder existir, ninguém fará nada n'esta terra. Unam-nos contra elle. José Luciano não sente coragem, nem Hintze Ribeiro para lutar. Mas sinto-a eu. Dê-me forças, senhores, que eu terei coragem. Appello para todos. Appello mesmo para vós, republicanos. Eu sou monarchico, mas acima da monarchia ponho os interesses e a liberdade d'este paiz. Quero uma monarchia que permitta a liberdade, o progresso, a evolução. Quero uma monarchia da soberania popular e não da soberania exclusiva e absorvente do rei. Dentro d'essa monarchia tereis vós, republicanos, campo livre e amplo para a afirmação e para o triumpho dos vossos ideaes, se o paiz vos quizer fazer triumphar. Appello tambem para vós.

Então, sim. Então João Franco protestava honradamente. Então era dever de todos os republicanos acolher esse protesto com sympathia e applauso.

Vindo João Franco dizer-nos, apenas, que o mal está nos rotativos, que é preciso acabar com os rotativos, como se os rotativos não fossem rodos minuscuros obedecendo aos movimentos da roda minuscuala, como o mesmo Franco lhe ha de obedecer; vindo-nos dizer isso, não só escondendo a principal origem das nossas desgraças como atacando, ainda por cima, os republicanos, que são os unicos que procedem, mais ou menos habilmente, o que é ponto secundario agora, com verdade e com sinceridade; dizer isso, fazer isso, depois de ter praticado os monstruosos attentados á causa democratica que todos conhecem, e os republicanos portuguezes acolherem-no, ainda, de bom animo, seria d'este paiz se erguer, se fosse capaz d'isso, de vergalho em punho, para correr todos os politicos, monarchicos ou republicanos, ao pontapé e á vergalhada, e os republicanos mais ainda do que os monarchicos.

Isto é o que nós entendemos.

Os outros entenderão, porém, o que quizerem.

DR. DINIZ NEVES

Por lapso lamentavel não sahii no ultimo numero uma local em que nos associavamos á homenagem prestada pela imprensa republicana ao fallecido director d'O Norte.

Deploramos profundamente esse descuido.

Sendo nós tão contrarios á falta de solidariedade republicana, que por mais do que uma vez temos censurado, só por um caso d'estes deixariamos de testemunhar o nosso sentimento pela morte d'um combatente em prol da causa democratica, de quem não tinhamos o menor conhecimento, mas de cujas virtudes e serviços não podiamos duvidar desde que eram abonados por muitos que o conheciam e que são para nós dignos de fé.

PORTUGAL ANALPHABETO

De 382 recrutados entrados com o ultimo contingente no corpo de marinheiros só 49 sabiam lér, sendo os restantes completamente analphabetos.

Em vista d'isto, o 1.º commandante do corpo de marinheiros, sr. contra almirante Sergio de Sousa, pediu auctorisação superior para ser abonada a gratificação a 5 sargentos, a fim de estes ensinarem as praças que não sabem lér.

Actualmente o 1.º sargento sr. Alfredo Alves dos Santos está leccionando alguns recrutados pelo methodo de João de Deus.

De alguma coisa tem servido a propaganda do capitão Homem Christo.

APOIADO

O Norte, de quarta-feira ultima, publica um bello artigo, d'aquelles que não são muito vulgares, diga-se a verdade, na imprensa republicana, sobre a *censura theatral*.

Começa por uma merecidissima tarcia no celebre Xavier de Carvalho, que o *Povo de Aveiro* foi o primeiro a escovar, quando o *Seculo*, onde o figurão fez sempre politica de interesses, se dizia ainda republicano, e acaba com estas justissimas palavras:

«A censura theatral não visa a salvar a moralidade: visa a salvar a obra da reacção politica e clerical dos conservadores. Mais um motivo para nós a combatermos e interessarmos o publico na sua annullação».

Apoiado.

A proposito d'um drama, que não vimos, e cujo valor, portanto, não discutiremos, que se está representando agora em Lisboa, quasi todos os josnaes d' aquella cidade invocam a censura. Até alguns dos republicanos se tem deixado ir um pouco na corrente.

Ora por uma vez, que a censura possa defender a verdade e a morali-

dade, cem vezes as camaga. Invocar-se a censura, seja a proposito do que fôr, é justificar os atropellos, as violencias, os attentados que o Veiga commetteu.

Se o commissario régio não d. ixasse ir á scena o *Serão das Laranjeiras*, onde a alta roda da sociedade portugueza é *apandilhada*, e n'essa parte em grande justiça, abstrahindo, como abstrahimos agora, de tudo o mais, ou se o commissario régio fosse demittido, como se pretende, por ter consentido a representação d'aquelle drama, estava plenamente justificado a odiosissima conducta do feroz Corregedor quando prohibiu á imprensa de Lisboa que se referisse ao crime da *Mãe d'Agua* e ás torpezas que com elle se ligavam.

E assim eramos attingidos, como sempre succede, pela espada de dois gumes que o arbitrio representa.

Não. Abaixo a censura. Existe a lei, existem os tribunaes, existe o publico, que pôde quebrar as cadeiras dos theatros e que até as pôde quebrar na cabeça dos auctores. Não faltam recursos á moralidade offendida.

SOLDADOS ANALPHABETOS

Com este titulo publicava o *Debate*, de segunda-feira 28 de dezembro, o artigo que passamos a transcrever:

«Voltando ao artigo da revista *Italia Moderna*. O actor depois de mostrar como o ensino por companhias no exercito italiano, havia reduzido, consideravelmente, o numero de soldados analphabetos, deteve-se para observar, com amargura que

Cosa bella e mortale passa e non dura.

E, em seguida explica, que, publicada a lei da instrucção obrigatoria, os officiaes cuidaram que ella seria fielmente cumprida e que não entrariam nos regimentos analphabetos.

Não foi abolida oficialmente a instrucção litteraria por companhias mas soffreu um golpe mortal. Pouco os officiaes, abandonaram a tarefa a que se haviam dedicado e nas casernas apenas passou a ser dada uma instrucção technica militar.

Vieram depois as costumadas difficuldades burocraticas dar o golpe final na generosa iniciativa dos officiaes. «Então, diz o auctor, para economisar alguns centimos, foram levantadas taes difficuldades aos commandantes de companhia, que a escola elementar dos regimentos acabou por ser atirada para o monte de ferros velhos do passado. *Parce seputi!*» Parece que está falando de Portugal!

Agora convém transcrever textualmente o que diz *Olivieri Sangiacomo*, auctor do artigo a que nos temos referido.

«Um dos homens entre os de maior auctoridade, que sustentaram a necessidade da abolição das escolas de companhia, foi o general Nicola Marselli. Estava-se no tempo em que, como disse o general Robilant, uma irreflexão juvenil fazia perder a noção do valor das nossas forças economicas e em que estas pareciam engrandecidas como através d'um enganoso prisma de fatias illusos; estava-se na epoca da megalomania politica e militarista que conduz u ao augmento de dois corpos de exercito, á ruptura das relações commerciaes com a Franca e ao sonho louco d'um imperio colonial. Corria-se a galope pelo caminho da bancarrota economica e ao encontro da fallencia de 1893-1894, á derrota africana de 1896 e á guerra civil de 1898. E ainda havia homens como Marselli que tinham a ingenuidade de escrever, quando a débacle da instrucção obrigatoria já não era mysterio para ninguém — que o exercito deve receber o cidadão já instruido e sabendo lér e escrever.

Nobre e santa illusão de poeta que

os factos haviam de desmentir brutalmente! Não: o alto e nobre officio do mestre elementar da nação, não constituia, como affirmava Marselli, um desvio do fim para o qual existe o exercito — a defesa da patria. Pelo contrario. Uma patria defende-se tanto melhor quanto melhor se conhece o paiz e é evidente que o paiz conhece-se tanto mais quanto menos analfabeto se é.

Ora a lucta contra o analfabetismo é o primeiro passo para a formação da consciencia civica e, nas guerras futuras — se ainda houver guerras — a força moral das missas perante o fogo inimigo será tanto maior quanto mais a consciencia do cidadão soldado houver evolutivo.

Enquanto, por um lado fallia no paiz a lei sobre a instrução obrigatoria, com a applicação das escolas elementares nos regimentos dava-se o golpe de morte na cultura nacional.

Os municipios ficavam mais pobres e mais analfabetos, o exercito passava a custar cada vez mais caro e a reviver cada vez menos, porque em Africa não nos dava a victoria.

A bancarrota da instrução obrigatoria na Italia não carece de ser demonstrada. Na região da Capitanata (para dar o exemplo d'uma só região) gasta-se um milhão e cincoenta mil-liras com a instrução, annualmente. Sômma enorme que se obtém augmentando constantemente o imposto de consumo ou diminuindo as despesas de obras publicas. Ha este enorme sacrificio financeiro, responde, como uma ironia, a cifra do analfabetismo que é a mesma que era antes de ser decretada a lei da instrução obrigatoria. São sempre os mesmos numeros: se não superiores a 61 analfabetos em 100 recuados; 68 esposos que não sabem assignar o auto de casamento por cada cem que se apresentam perante o officio do registro civil.

A lei da instrução obrigatoria que pôde ter aproveitado a capital e aos grandes centros industriaes não podia aproveitar igualmente as regiões pobres do paiz, as vilas, as pequenas aldeias e pastores. O legislador, applicando as cidades e aos campos o mesmo criterio, não pensou que as numerosas familias pobres, dedicadas a agricultura e ao trabalho pastoril, lavam consigo os filhos, em certos períodos do anno, para os campos, as vinhas e os pastos da montanha. O legislador não pensou que, nos campos, os filhos começam desde muito novos, a ajudar os paes nos trabalhos campestres. Para que pois, impor uma obrigação o ameaçar quem não a cumpre, se não podem observar a aquellos que vivem do trabalho dos seus braços e dos de toda a familia, grandes e pequenos? A creança trabalha, no campo, nas vindimas, na apanha de azeitona, nas adégas, pelo miseravel salario de 25, 30 e 40 centimos. O trabalhador do campo não pôde renunciar a este auxilio financeiro dos pequenitos, porque desorganitaria o orçamento familiar. E assim, as creanças, não vão á escola. E enquanto se gasta dinheiro nas escolas não são frequentadas, o povo dos campos cresce numa ignorancia crassa, sem que lhe accuda a ternura dos sociologos, ou o affecto dos philantropos.

Falla-lhe apenas o padre, que todos os domingos paraphrasea o evangelho, prometendo-lhe... o reino dos ceus. E' esta maneira, entrando no exercito analfabeto, o camponês meridional, faz os seus 18 a 30 mezes de serviço, arrastando-se miseravelmente, da tarimba da casa da guarda á tarimba do presidio; da cama do quartel ao molho do palha dos destacamentos, sem que ninguém se dê ao trabalho de lhe ensinar o que é essa Patria que lhe pede o sacrificio da sua liberdade e que lhe pedirá um dia o sacrificio da vida, ou o sangue dos seus filhos.

Ainda ha muito que transcrever em justificação da iniciativa do capitão Homem Christo, a cujo trabalho nos referimos depois. Refere-se á Italia do sul cujas condições economicas e baixo nivel intellectual correspondem ás de grande parte do nosso paiz. As creanças não vão á escola porque a miseria dos paes não lhes permite poupa-los aos trabalhos do campo. Entretanto algum remédio podia dar-se ao mal. As escolas moveis que podiam funcionar na época de menos trabalho, em qualquer ponto do paiz, e as refeições escolares e o vestuario fornecidos gratuitamente ás creanças, o que aliviará o orçamento domestico e o compensaria da deducção soffrida pela falta da verba do trabalho da creança. Mas este remédio não seria sufficiente. E a cura radical, com o serviço militar obrigatorio, far-se-hia nos regimentos, com o ensino litterario nas companhias.

São estes pontos que desenvolveremos largamente quando nos occuparmos da obra meritoria do sr. Homem Christo e já a ora, felizmente, dos dignos officios de infantaria 23, que estão dando aos seus camaradas de todo o exercito um nobilissimo exemplo patriótico.

O artigo da Italia Moderna, porém, ainda não foi todo reproduzido. E' necessario transcrever na integra algumas das suas passagens e resumir outras. E' o que faremos. Entretanto não esqueçamos o que diz o auctor: torna-se necessario instruir o soldado e ensinar-lhe o que é essa Patria que lhe pede o sacrificio da sua liberdade, que lhe pedirá o sacrificio da sua vida ou o sangue dos seus filhos.

"Povo de Aveiro,"
Em Lisboa, vende-se na
café Barcaria Menace.

Cartas d'Algueres

8 DE JANEIRO.

Está outra vez na ordem do dia a questão dos trigos. Na ordem do dia é um modo de falar. Que eu saiba, só dois jornaes, o *Popular* e o *Debate*, publicaram sobre ella artigos dignos de nota. Os outros ou nada disseram, ou disseram as coisas do costume. Um repete as imprecacões já conhecidas contra os moageiros. Outro, *revolucionario*, achá pouco remunerador o preço do trigo em Portugal!

E' o que é a nossa imprensa. A isto chegámos e d'aqui não sahiremos.

O *Debate*, que hoje recebi, publica sobre o assumpto um vigoroso artigo de fundo, comparando o preço do trigo em França com o preço do trigo em Portugal. Eu tinha sobre isso muito que dizer, além do que já tenho dicto. Mas estou-me a sentir hoje pouco propenso a escrever.

O sr. de Paço Vieira fixou, sobre o trigo estrangeiro que se vaa importar, o direito de 18 reis por kilogramma, ou 1800 reis cada cem kilos. Ora em França, nação altamente proteccionista, como temos visto, o direito, fixado pela lei de 27 de fevereiro de 1894, que vigora ainda, é de 7 francos, ou de 1:260 réis cada 100 kilos.

Facto curioso: o augmento do direito d'importação, que passou de 3 a 7 francos, em vez de fazer augmentar fez diminuir o preço do trigo produzido em França. Isto é, coincidiu com aquelle augmento esta diminuição.

«A accção das taxas alfandegarias, diz um escriptor auctorisado, parece ter perdido cada vez mais a sua efficacia.»

Varios meios se tem tentado para impedir o aviltamento do preço do trigo. Jaurès, por exemplo, propoz que o monopolio da importação dos trigos fosse reservado para o estado, revendendo-os estes por um preço fixado pela lei annualmente. E' a proposta de Kanitz, no parlamento allemão, proposta a que nos referimos na carta publicada em 15 de novembro.

A *Sociedade de Agricultura*, de Bethune, essa dirigiu um convite, em 1900, a todos os cultivadores de França para que não vendessem os seus trigos a menos de 21 francos e 25 centimos os 100 kilos.

Façam idéa: a 382, 5 réis cada dez kilos! Em Portugal o preço da lei é de 720 réis cada 10 kilos. Vende-se, porém, muitas vezes, a 800, a 850 e, até, a 900 réis!

E ha um jornal *revolucionario* que achá pouco remunerador para a agricultura o preço do trigo em Portugal!

Isto chega a ser um paiz phantastico. Paiz em que os anarchistas acabam por ser irmãos do senhor dos Passos, e em que os republicanos, ainda acham pouco apertada a lei da fome.

A pretensão da *Sociedade de Agricultura* de Bethune, era modestissima, em relação a Portugal. Comtudo, essa tentativa de *trust enorme*, como lhe chamaram, foi vista com maus olhos pelos proprios proteccionistas.

Isto é, o inferno dos outros já se pôde considerar um paraizo para nós. A que chegámos!

O sr. Convert, professor de Economia rural no *Instituto nacional agronomico*, homem muito considerado, escreve:

«Fôra das tarifas aduaneiras, que dearam o que tinham a dar, é preciso reconhecer que são bem fracos os meios que possuímos para levantar o preço dos trigos. Esta conclusão não será a mais agradável aos agricultores n'este momento; mas deixar-lhes entrever esperanças que os acontecimentos vieram desmentir seria enganar-lhes. E seriam elles os primeiros a soffrer as consequências d'essas illusões.»

Isso é em França, sr. Convert. Bem se vê que anda muito atra-

zado, mais os seus estadistas, mais os seus economistas. Em Portugal ninguém está com meias medidas. Aqui todos sabem, monarchicos e republicanos, grandes e pequenos, sábios e ignorantes, qual é o meio de elevar o preço dos trigos: é matar o povo á fome.

Essa é boa! Pois o sr. Convert é sábio? Sábido, o senhor? Pois o senhor atreve-se a dizer isso n'um livro tão citado no seu paiz pelos escriptores da especialidade? O senhor não sabe ser agradável aos agricultores?

Aqui, a coisa é simples. O trigo está a cinco tostões? Passa a vender-se por dez. O direito sobre o trigo estrangeiro está a 10 réis? Passa a 20 réis.

— Isso tambem nós sabemos fazer, dirá o sr. Convert, se quizessemos matar o povo á fome.

— Ora afeitos, responderia o Elvino de Beito se resuscitasse: o ovo de Colombo. Você o mais que sabia era nada.

Eu não quero arrancar ao glorioso estadista portuguez, que Deus haja, o seu maior padrão de gloria, que os correligionarios, ás vezes, tanto apregoam para ahí. Mas o sr. Convert, se replicasse assim, talvez tivesse razão. Ha só a observar que em Portugal ninguém se importa que o povo morra, ou viva.

Ninguém! Ninguém!

E' em um jornal republicano acha pouco remunerador para a agricultura, o preço de 720, de 750, de 800, de 850, ás vezes de 900 réis cada dez kilos. E os outros, em regra, — salvam-se as excepções, que são poucas — conservam o mais rigoroso silencio deante do mais monstruoso regimen cerealifero que existe no mundo.

Mas os moageiros? O' meninos, não é preciso ir a Coimbra para a gente saber o que ha de fazer aos moageiros! Este papão moageiros, que é o espectro dos nossos jornalistas — porque alguns sinceramente se horrorizam deante d'elle — é uma das coisas que dão mais, e melhor, a nota d'este cretinismo indigena. Disséram um dia aos homens da penna: os moageiros ganharão rios de dinheiro se o preço do trigo diminuir. E os homens da penna, principalmente os revolucionarios, ficaram aterrados!

Jesus! Lá fazer com que os moageiros ganhem mais dinheiro, isso não.

Mas olhem que o povo morre de fome!

Valha-nos Deus: mas para o povo não morrer de fome enchem os moageiros a burra de dinheiro.

Este é o criterio jornalístico — revolucionario em Portugal.

Dá a gente vontade de lhes dizer, n'um impeto de revolta:

— O' almas do diabo, se a questão é de arrebentar os moageiros, arrebentem-nos pondo-lhe a farinha de graça. Almas do diabo! Obrigam-se alli, á tapona, se fôr preciso, a vender a farinha de rastos. Vocês trincam por uma vez esse papão moageiro que vos traz engasgados, malditos. Eigitam, roam, trinquem padeiros e moageiros. Mas, ao menos, salvem o grande numero, que é o povo.

Acabem-se todas as especulações, sim, que são bem acabadas. Vamos lá aos moageiros, que tambem os ha que são das pontinhas. Mas vamos tambem aos contrabandistas, aos açambarcadores, aos grandes ruitaes.

Almas do diabo, que andaes ahí engasgados sem dizer uma palavra!

E voltarei ao assumpto.

A. B.

As bodas de prata da «Soberania do Povo»

Explendidas as festas realizadas em Agueda em honra d'aquelle acreditado periodico e do seu illustre redactor, sr. conselheiro Albano de Mello.

Regozijamo-nos com isso e fazemos votos para que ambos assistam, com a mesma satisfação, ás suas bodas de ouro.

POLITICA LOCAL

Dizemos hoje o que dissémos sempre. A nossa questão é uma questão de principios e não uma questão de pessoas, porque até quando embriarmos com as pessoas embriamos com ellas por causa dos principios. Escusam os biltres de procurar e apregoar contradicções e incoherencias, que não as encontram. Já o dissémos. Já o provámos. Não cessaremos de o dizer e de o provar.

Joaquim de Mello Freitas não nos aggravou, não nos magoou, nem, sequer, nos melindrou. Antes nos tratou, sempre, com todas as deferencias e atenções. Porque rompemos nós com elle? Porque Joaquim de Mello Freitas, dizendo-se republicano, fez causa commum com os monarchicos, nas eleições legislativas de 1884, quando os republicanos de Aveiro, partidariamente, concorriam á urna.

Foi uma questão pessoal ou foi uma questão politica? Foi uma questão politica e tanto que não duvidámos mais tarde aceitar de novo a cooperação de Joaquim de Mello Freitas, na phase revolucionaria, quando os seus intimos o diziam de vez convertido ao republicanismo e elle affirmava que a Gafanha tinha entrado na historia.

Jayme de Magalhães Lima não nos aggravou, não nos melindrou, nem em pouco nem em muito. Porque rompemos nós com elle? Porque Jayme de Magalhães Lima andou a mangar com os republicanos, n'essas mesmas eleições legislativas de 1884, promettedo-nos auxilios, obrigando-nos a estar noites inteiras a escrever listas com os nomes dos candidatos republicanos, para faltar a tudo como um cão, vindo para a rua, ainda por cima, com um manifesto mentiroso e dubio, onde continuava com a sua politica de equívocos.

Foi uma questão pessoal ou foi uma questão politica? Foi uma questão politica e tanto que não duvidámos mais tarde aceitar a sua cooperação contra as irmãs da caridade, e preferir-lo, em certo momento, a Barboza de Magalhães, apesar de termos d'elle recebido varios agravos depois do rompimento que se deu em 1884.

Francisco Augusto da Fonseca Regalla não nos aggravou, não nos magoou, nem, sequer, nos melindrou. Antes se fartou de nos fazer elogios na imprensa, em conversações particulaes, em cartas, por todas as formas. Antes nos levantou vivas nas ruas da cidade, durante o percurso do cortejo civico, no dia da inauguração da estatua de José Estevão.

Porque rompemos nós com elle? Porque Francisco Augusto da Fonseca Regalla depois de se ter dicto republicano, depois de ter sido socio do *Club Eleitoral Republicano Aveirense*, foi enfraquecendo nas suas convicções até se tornar um reaccionario feroz.

Foi uma questão pessoal ou foi uma questão politica? Foi uma questão politica.

Domingos José dos Santos Leite não nos aggravou, não nos magoou, nem, sequer, nos melindrou. Antes se fartou de nos fazer elogios, como já vimos em muitas cartas aqui publicadas. Nem o mais insignificante agravo nos levou a hostilisa-lo.

Porque rompemos, então, com elle? Porque depois de se terem realizados reuniões secretas dos republicanos na mesma casa onde se reunia ha muito tempo a *Camara do Commercio*, (sic) porque depois de n'esse mesmo local se terem escolhido as barricadas com que, nos casos do levantamento geral que se preparava, serem barricadas certos pontos importantes da cidade, sob o ponto de vista que na localidade se tratava, Domingos José dos Santos Leite convertetu esse local em antro de manifestações ultra-conservadoras, tornando-se *alter ego* do homem que, em plena camara

dos deputados, considerava a odiosa dictadura de João Franco uma **revolução politica tão grande e profunda como aquellas que no nosso paiz se fizeram com as armas na mão**, achando-lhe apenas um defeito, um só defeito, um pequenino defeito, **ter o governo usado de uma tolerancia que foi quasi até á fraqueza!**

Porque Domingos José dos Santos Leite, que vinha recuando ha muito tempo, se fundiu, por fim, completamente nos francaceos. Porque Domingos José dos Santos Leite praticou uma apostasia revoltante. Eis porque rompemos com sua excellencia.

Foi uma questão pessoal ou foi uma questão politica? Foi uma questão politica.

Porque rompemos com Jayme Duarte Silva, que nos venerava, que nos adorava, que nos idolatrava, que exgothou todo o seu vocabulario de adjectivos pomposos a elogiar-nos? Porque Jayme Duarte Silva, depois de ter fundado um jornal republicano, adheriu aos francaceos completamente. Porque Jayme Duarte Silva, depois de ter dicto que os da *camara do commercio*, e os que faziam causa commum com elles, eram uma *corja de pulhas* pedendo ser amanhã uma *quadrilha de ladrões* (vide *Povo de Aveiro* de 23 de março de 1902) passou a fazer parte da *camara do commercio*, e a ser creatura servil de Domingos José dos Santos Leite.

E assim com todos. A nossa questão não foi nunca uma questão pessoal. Foi sempre uma questão de principios. O que não tivemos, nem temos, foi animo para sobrepor conveniencias pessoais ao amor da verdade e dos principios. Mas, com isso, só nós temos soffrido, individualmente. Os principios, a verdade, a justiça, nunca.

Somos o que sempre fomos e o que sempre seremos.

Escusam os biltres de procurar e apregoar com tradicções e incoherencias, que não as encontram.

O orgão dos francaceos publicos, no ultimo numero, um trecho antigo do *Povo de Aveiro*, em que é elogiado o sr. Jayme de Magalhães Lima. A isso já respondémos *victoriosamente*, — como o padre costuma dizer, nas suas cartas, das tarefas que temos applicado aos outros, — nos numeros d'este semanario relativos a 23 de fevereiro e 9 de março de 1902. A isso respondíamos no ultimo domingo quando affirmávamos que a nossa politica foi sempre preferir, em ultimo extremo, o menos perigoso ao mais perigoso, e que ora combatíamos, n'esse proposito, Jayme de Magalhães Lima, ora Barboza de Magalhães.

Quando, apoz a sahida das irmãs da caridade e a queda de Manuel Firmiano, Jayme de Magalhães Lima ameaçou tornar-se preponderante, foi Jayme de Magalhães Lima e o seu grupo que nós atacámos vivamente. Foi então que o sr. Gustavo Ferreira Pinto Basto, que fazia parte d'esse grupo e era o seu elemento de valor, soffreu os mais violentos ataques do *Povo de Aveiro*. Isto escondem os biltres. Fômos excessivo, fômos injusto? Não o discutimos agora. Sem hesitar reconhecemos que t'imos sido excessivo algumas vezes e que teremos sido injusto nua ou outra. Se isso succede a todos os homens, mais facilmente pôde succeder a um luctador impetuoso. Mas o que é certo é que não é isso que prova contra a nossa coherencia e contra a nossa dignidade. Pelo contrario. Não temos relações pessoas de qualidade alguma com o sr. Gustavo Ferreira Pinto Basto. Agora como outrora. Quando o sr. Regalla nos dizia (vide *Povo de Aveiro* de 12 de outubro de 1902) que elle o elemento intrigante ent e

Os dirigentes que, (palavras textuaes) não tendo feito coisa alguma para chegarem á situação em que nós os tínhamos collocado já pensavam em predominar na politica do districto desdenhando dos que se tinham sacrificado e trabalhado, quando o sr. Regalla nos dizia que era elle o elemento dissolvente entre os membros da colligação para a expulsão das irmãs da caridade, nós, acreditando-o, atacavamos vivamente o sr. Gustavo Ferreira Pinto Basto. Mas quando o sr. Gustavo Ferreira Pinto Basto desmentiu publicamente e praticamente as accusações que o sr. Regalla e outros lhe faziam, quando deu provas do seu espirito liberal e progressivo, quando demonstrou a sua dedicação á causa publica, quando prestou relevantes serviços á terra em que nascemos, com sinceridade, com fervor, com enthusiasmo, o applaudimos calorosamente. Ao lado d'elle estivemos, enquanto os seus proprios amigos, os que se dizem seus correigionarios, lhe levantavam difficuldades e embaraços de toda a ordem. Ao lado d'elle estamos, contra todas as más vontades e intrigas. Ao lado d'elle estaremos, sem uma hesitação, sem uma duvida, enquanto elle continuar prestando á nossa terra os relevantissimos serviços que lhe tem prestado até hoje. E não haverá invejas, nem intrigas, que nos affastem uma linha d'esse dever de patriotismo e de justiça.

Atacámos o sr. Gustavo Ferreira Pinto Basto? Atacámos. Applaudimos, defendemos o sr. Gustavo Ferreira Pinto Basto? Applaudimos, defendemos. E' isso uma incoherencia? Pois com ella nos honramos. D'ella nos orgulhamos.

Não é uma incoherencia, é uma coherencia. E' a coherencia dos principios, a coherencia da verdade, a coherencia da justiça. Coherencia que a poucos, na verdade, é dado possuir.

Nem atacámos o sr. Gustavo por motivos pessoais, nem por motivos pessoais o defendemos. Atacamo-lo e defendemo-lo por amor dos principios.

Bem sabemos que não é esse o caminho dos politiqueros miseraveis, dos troca tintas d'uma politica infame, sempre promptos a mentir, a calumniar, a infamar. Da garotada ignobil que só conhece uma obrigação: dizer sempre bem dos membros da sua quadrilha e mal de todos os que não comem á mesma gamella.

O artigo de louvor ao sr. Jayme Lima não o escrevemos nós, já o dissémos, embora, como declarámos tambem em artigo especial, houvessemos considerado até certo ponto, e sob certo aspecto, o sr. Jayme Lima um homem sério. Mas ainda que o houvessemos escripto, tambem já o dissémos, seria o mesmo.

Não deixou o Povo de Aveiro de considerar, n'esse artigo, o sr. Lima um reaccionario. Não deixou de dizer, e isto occultam os bilhetes do orgão dos francaceos, que todos os reaccionarios eram considerados por elle pouco dignos. Quando Manuel Firmino cahia com as irmãs da caridade, quando Jayme Lima surgia como um perigo, atacavamos vivamente Jayme Lima. Desfaziamos a colligação propositadamente para isso.

Quando a candidatura de Barbosa de Magalhães parecia imminente, com a approvação do chefe do partido progressista, não hesitavamos antepôr-lhe Jayme Lima, como embaraço e difficuldade que fizesse recuar os progressistas.

Incoherencia? Não. Assim procedemos, assim procederemos sempre.

Não somos dos progressistas, não somos dos regeneradores. Somos da causa democratica, pela qual sempre temos combatido. Esta foi, esta será a nossa coherencia.

Só essa acatamos. Só essa admittimos. Não queremos dominar n'esta

terra, como os factos o demonstram. Queremos emancipá-la, porque é nossa, de tutelas vergonhosas. Queremos o povo livre, procedendo livremente. Só temos para elle um instrumento, o instrumento da razão. Falamos-lhe d'aqui, do alto d'esta tribuna. Falamos como um homem livre, a homens livres. Com a verdade, com os factos. O povo julgará como quizer.

Não se dirá que a terra de José Estevão, a terra sagrada onde nasceu o grande tribuno da democracia, desceu tão baixo que ficasse á mercê d'um bando de reaccionarios e garotos.

Nunca. Esta é a terra de José Estevão. Não é a terra de seu filho, que não hesitou em afirmar que seu pae pronunciara os discursos contra as irmãs da caridade não por convicções, mas por conveniencias.

Esta é a terra do heroico combatente da causa liberal. Não é a terra do pateta que considera a dictadura de João Franco uma revolução politica tão grande e profunda como aquellas que no nosso paiz se fizeram com as armas na mão.

Esta é a terra que defendeu e exaltou os mais nobres ideaes. Não é a terra do insignificante rancoroso e mesquinho, com cara de bonacheirão, que pede coacção para as plebes desvairadas pela miseria.

A miseria filha dos roubos, das delapidações, dos crimes da oligarchia politica de que o spalhão é um dos sustentaculos.

Esta é a terra de homens illustres, que encham a historia com o seu nome. Não é a terra do Mijareta, do Tinhoso, do Cabecinha, do Bicheza e do Chiça.

Nunca! Os homens d'esta terra não podem estar ás ordens do Mijareta e que taes.

Do Mijareta! Isto é a ultima das ignominias. Isto não é uma decadencia. Isto é uma verdadeira bandalheira.

Accordemos e peguemos n'um pau.

Vamos lá, que os garotos chegaram a um atrevimento sem igual.

Vamos a isto, que é inadiavel e urgente.

Já é vergonha tanto homem estar de braços cruzados deante de meia dúzia de garotos atrevidos.

CONSELHEIRO

ANTONIO JOSÉ DA ROCHA

Acaba de fallecer em Lisboa este distincto ornamento da magistratura portugueza.

Por determinação do extincto veio o seu cadáver para a sua terra natal, Ilhavo, e ali dado á sepultura. Da estação do caninho de ferro até áquella localidade seguiram grande numero de carros com amigos e admiradores seus.

Ao seu bom sobrinho, sr. dr. Manuel Maria da Rocha Madail, os nossos sentimentos.

Musica no jardim

O programma que a banda do 24 executa hoje, da 1 ás 3 da tarde, no Jardim Publico, é o seguinte:

Ordinario.—El Cabo Primeiro.—Pot-pourri, Tributo de Zamora.—Fantasia da opera (Gounod).—Mignon.—Ouverture da opera (Thomas).—Fauhaser Selection da opera (Wagner).

Journal d'Annuncios, ordinario (Braz).

Notas alegres

No baile. A valsista, que está farta de ser pisada pelo par: —Vencencia gosta muito de dançar? —Mullissimo, minha senhora! —Então porque não aprende a dançar?

CARTA DO PORTO

Ao encetar as nossas cartas, cartas simples, singellas escriptas ao correr da penna, teremos sempre por alvo a Verdade, a Justiça e a Razão.

Esta triologia sacratissima, apreendida ha muito tempo por varios individuos e que a tem marcadado infamemente, encontrará em nós, ainda que obscuro, um trabalhador sincero, não só pelas nossas arreigadas convicções á causa da Liberdade como difficilmente nos vergaremos seja a quem for.

A morte do dr. Diniz Neves, director d'O Norte, causou desolação em todos os republicanos. Diniz Neves era uma alma diamantina e um coração d'ouro.

Os seus escriptos e a feição que o O Norte teve durante a sua direcção convenceram-nos de que Diniz Neves era sincero na sua ideia e inquebrantavel na sua convicção.

A prova da sua sinceridade e inquebrantabilidade teve-as até ao ultimo momento da vida.

Desejou ser enterrado civilmente! Republicano durante vivo, republicano após a morte!

Quantos republicanos, de todos esses milhares que existem em Portugal, tem tido a coragem de quebrar as algemas religiosas e torna-em-se livres, livres na acepção da palavra? Poucos!

N'este charco immundo são poucos aquelles que tem o civismo de nas suas obras seguirem as suas ideias.

O insigne lente da Academia Polytechnica e convicto republicano, dr. Duarte Leite, realiso no sabbado passado a sua 2.ª conferencia na Universidade Livre, fundada pelo Comité Academico-Operario.

Tem sido grande a affluencia de operarios, academicos e individuos de outras classes a ouvir a auctorizada palavra d'aquelle nosso prestante cor-religionario.

As conferencias tem versado sobre Astronomia Popular.

A Universidade Livre, fundada para operarios, encontrou, materialmente por parte d'estes, o maior desprezo.

Se fosse para declamações estereis era possivel que houvesse dirigentes que lhes ensinasse o cumprimento dos seus deveres, mas como é para coisa util, pois nada ha mais util que ensinar os ignorantos, é langada ao maior abandono.

Veremos para o proximo 1.º de maio como se gasta, inutilmente, dinheiro.

5—1—904.

A. M.

A viação no districto

E' lamentavel o estado da viação no districto d'Aveiro.

Chegou ao ultimo extremo. Por essas estradas fóra só se vêem covas, agua e lama, formando aspectos tetricos que nos fazem lembrar os escombros de um terrivel cyclone.

A estrada que segue para Mira, principalmente entre o Corgo Commum e Ilhavo, está n'um estado vergonhoso e perigosissimo.

Atralam já carros de bois a carros de cavallos para os arrancarem dos atoleiros, e grande numero de pessoas não frétam carros porque é preferivel andar a pé a ter que vir embalado em tipia por aquelle oceano de escolhos e barrancos com grave risco de dar com as costellas no charco.

A da Palhaça está no mesmo estado, senão peor, e as restantes affnam pela mesma.

Se lhes não accodem, quanto antes, teremos em breve as communicações, por meio de carros, interrompidas entre Aveiro e os logares proximos.

Appelamos para a solicitude do sr. director das obras publicas, pedindo-lhe as mais rapidas e energicas providencias para o assumpto.

Ou d'aqui a pouco nem de casa sahiremos.

O PADRE

Abra-se uma excepção, uma só, para dar publicidade á carta que segue:

SR. REDACTOR.

V. esqueceu-se d'um ponto importante, ou não quiz referir-se a elle. E é pena esse esquecimento.

Deixe-me repetir outra vez as palavras do padre:

«Devo dizer-lhe que me magoa profundamente que V. Ex.ª suspeite, sequer, que eu estou mangando consigo, tratando se, como se trata, de uma cousa séria. Se eu mangasse em taes condições, eu seria um bandalho...»

Qual era a coisa séria a que o padre se referia? Não era a questão da propriedade da Nova Corneta do Diabo? Julgo que sim. N'esse caso, ficou provado, pelo n.º 132 do Povo de Aveiro, de 16 de fevereiro de 1902, que o padre tentou mangar com v. Plenamente provado. Logo é o padre, confessado por elle mesmo, um grandissimo bandalho.

Já ninguém duvidava d'isto. Mas não deixa de ter graça que o padre se baptise a si proprio.

O Cabecinha, que tem sido sempre um instrumento nas mãos d'elle, e nada mais, confessou-se um vil calumniador na acta celebra, celebre como documento da maior vileza que se tem visto, quando disse ter infamado o dr. Homem de Mello, sem provas e nem sequer indícios das accusações infamantes dirigidas pelo safardana áquelle cavalheiro.

O padre declara-se agora a si proprio um bandalho e um perfeito asno.

Era um bandalho se mangasse com v. Era um perfeito asno se tivesse ideia de o illudir.

Mas o que fez o tratante? O tratante, que não queria estar de mal com v., lisongeava-o servilmente, arrastava-se aos seus pés como um lacrau. Ao mesmo tempo, com a peçonha que todo o mundo lhe conhece, dizia ao Cabecinha que o injuriasse. E, peçonhento sempre, ia-lhe dizendo, a v., que não podia impedir as injurias do Cabecinha porque o jornal era d'este bisborria.

Não tentava mangar com v.? Tentava. E não tentava illudi-lo? Tentava. Logo é, dicto por elle mesmo, um bandalho e um perfeito asno.

Mas que bandalho! Mas que asno!

Suppunha que v. comeria a trêta de que o jornal era, realmente, do Cabecinha. Affirmava-lhe o Jurava-lhe. O malandro! E se v. comesse a trêta, elle voltava a readquirir o seu posto no pasquim, do qual se fazia affastado enquanto durasse a pendencia, mandava tapar a bocca ao Cabecinha com a mesma semicerimonia com que o mandara falar, e ficava a esfregar as mãos de contente com a pirraça que a v. lhe tinha feito. Tinha-o enlameado, que era o que elle queria. Depois voltaria, com a cara deslavada que Deus lhe concedeu, a elogiar-lo novamente.

Grandissimo bandalho. Mas perfeito asno. Perfeitissimo. Tão perfeito que se esqueceu de que a villania era descarada de mais para ficar muito tempo occulta.

No n.º já citado do Povo de Aveiro, onde o sr. dr. Alvaro de Moura publicou varios documentos, ficou demonstrada essa villania. O pasquim não era do Cabecinha. Era do sr. dr. Alvaro e do padre Vieira. A estes dois o vendera o Cabecinha. Logo o padre tentava, infamemente, enganar-lo a v. Logo o padre tinha não só a ideia, mas o proposito firme de o illudir.

E' um grande bandalho.

E' um perfeito asno.

A si proprio se definiu, auctorizando todo o mundo a chamar-lhe o, como se vê dos extractos das duas cartas publicadas no ultimo numero do Povo de Aveiro. Era lamentavel que não se precisasse bem este ponto, que deixa o malandro completamente definido.

Espero, pois, pelo seu proprio interesse, que publique esta carta ou que se refira a ella.

B.

Não conhecemos o auctor d'esta carta. Talvez o padre o conheça.

Quando nós acreditámos na sinceridade d'este safadissimo pulha, quando, depois d'elle na imprensa nos fazer os mais calorosos elogios, em seguida ás fortes tareias que lhe demos, começámos, como, aliás, era um dever, a corresponder amavelmente a esses elogios, que suppunhamos filhos d'uma grande sinceridade, alguém nos escreveu uma carta, anonyma como esta que agora publicamos, dizendo-nos, em resumo: «Não se fie no malandro. Olhe que procura apenas evitar a stia má vontade, que elle teme. Não ha n'aquillo sinceridade nenhuma. E' falso como Judas. Não vé o que elle diz do Carranca? E de v. já disse isto...»

Tendo nós feito uma referencia a essa carta, tendo nós o padre escripto sobre isso, mandámos-lhe a carta anonyma, dizendo-nos o biltre em resposta:

«Eu ia-lhe pôr o dedo em cima (ao auctor da carta). Conheço-lhe o palavreado e a calligraphia e até a genese. Até tem uma unha tinhosa e a cabeça muito redonda». (Carta de 15 de dezembro de 1901)

Quem seria? Não sabemos, nem nunca o perguntámos, nem nos importa sabe-lo. O que é certo é que era elle, ao contrario do que então suppunhamos, quem nos dizia a verdade.

Ora como o padre estava então tanto no conhecimento de quem nos escrevia, talvez saiba quem nos escreve tambem agora dizendo tamanhas verdades.

O que tem graça é que o formidavel bandalho refere-se, no ultimo numero da Nova Corneta do Diabo, em termos do mais caloroso elogio ao Carranca, ao mesmo tempo que dirige contra nós as baboseiras do costume.

Ora quem vê as deferencias que o bandalho tinha para o Carranca, n'essa mesma carta de 15 de dezembro de 1901?

Vejam:

«Da perspicacia do sujeito (refere-se ao auctor da carta anonyma) é prova sobejá dizer elle na carta anonyma que eu defendo o Carranca. Imagine V. Ex.ª, ha cerca d'anno que eu cortei as relações com esse personagem. Falo-lhe em coisas de serviço, e é sempre pela porta deanteira, como entendo que é de justiça. Fóra d'isso, nem Deus te salve. Contos largos...»

Comparem isto com o que elle diz do mesmo Carranca n'uma local do ultimo numero da Corneta e digam-nos se o bandalho não é a coisa mais abjecta que se conhece.

Mas ha mais. Já que a carta, atraz publicada, se refere aos documentos, publicados, em tempos, pelo sr. dr. Alvaro de Moura no Povo de Aveiro, diremos ainda o seguinte:

Por mais do que uma vez o bandalho, como elle a si proprio se define, tem dicto na Corneta que o unico fim do sr. dr. Alvaro de Moura era apoderar-se do pasquim para evitar que nós fosse-mos n'elle injuriado. Ora o tratante offereceu se nos, por mais

do que uma vez, para fazer tapar a bocca ao *Cabecinha*. O *Cabecinha* escreveu sempre o que elle lhe dictava, é claro. Mas o tratante, fingindo innocencias, e já receoso do caminho que as coisas para elle podiam tomar, queria, depois de nos mandar atirar pedras, que nós lhe ficassemos devendo o favor de escorraçar o garruto. Bastava uma palavra nossa n esse respeito, como se vae vér. Nós, que desde o principio desconfiamos do jogo, e que não davamos importancia nenhuma ás baboseiras do *Cabecinha*, é que nunca lhe quizemos dizer que mandasse tapar a bocca ao gaiato.

Em carta de 7 de janeiro de 1902, escrevia o biltre :

«Sa para attenuar os effeitos de qualquer imprudencia julgar sufficiente que eu tome alguma attitude mais decisiva peço-lh'o que m'o diga e me diga os termos em que devo proceder.»

Isto diz tudo.

Pois o biltre não hesita em affirmar—tem-o affirmado muita vez—que o fim unico do sr. dr. Alvaro de Moura era impedir que o *Cabecinha* nos injuriasse.

Quer dizer, este padre, este filho da Santa Madre Igreja, este pastor d'almas, este representante de Deus, que em nome de Deus absolve os peccadores, salvando-os das penas eternas, é visto por todos os lados, o mais completo bandalho, o biltre mais repugnante, o pulha mais safado, o canalhario mais immundo que a imaginação do homem póde conceber.

E será esta agora, definitivamente, até que novas circunstancias nos façam voltar ao assumpto, a ultima vez que mexamos no monturo.

Organisação da Fiscalisação dos Productos Agricolas

A *Bibliotheca Popular de Legislação*, com sede na Rua de S. Mamede, 107, (ao Largo do Caldas) — Lisboa, tem no prelo a *Organisação da Fiscalisação Technica dos Productos Agricolas, e dos Servicos de Sanidade Pecuaria*, approvada por decreto de 17 de dezembro de 1903, sendo o seu custo 200 réis.

Compreheende 25 capitulos sendo de geral interesse os que tratam de: Colheita e analyse das amostras — Transgressões, apprehensões e penalidades—Disposições especiaes relativas a vinhos — Vinagres, alcooes, aguardentes e bebidas alcoolicas — Cervejas — Azeites — Fabrico e venda do pão — Leites e lactinios — Carnes e outros productos de origem animal — Productos animaes improprios para a alimentação publica.

Abastecimento de carnes á cidade de Lisboa.

Esta empresa previne os criadores de que recebe gado para açougue nas epochas proprias pelos preços que constam do seu contracto.

Venda de couros, em leilão todas as segunda-feiras ao meio dia, em lotes correspondentes á matança de cada dia.

As condições estão patentes no acto da arrematação.

Venda de sebo, tripa, sangue secco para adubos, esturme, etc.

Rua da Boa Vista, 3 Lisboa

METHODO JOÃO DE DEUS

Cartilha Maternal ou Arte de Leitura, (1.ª parte) approvada pelo governo, 16.ª edição, br. 200 réis; cart. 300 réis.

Deveres dos Filhos, (2.ª parte ou 2.º livro de leitura), br. 200 réis, cart., 300 réis. 16.ª edição app. pelo governo.

Album, ou livro contendo as lições da GARTILHA, preço 53000 réis.

Quadros parietaes, ou as mesmas lições da GARTILHA MATERNAL em 35 cartões, preço, 63000 réis.

Arte de escripta, nove cadernos, a 30 réis; collecção, 270 réis.

O Methodo de escripta, vende-se aos CADERNOS ou ás COLLECÇÕES.

DO MESMO AUCTOR

A Cartilha Maternal e o Apostolado, (celebres polemicas sobre questões de pedagogia), 1 vol. de 280 paginas, preço 500 réis.

A Cartilha Maternal e a Critica, (2.ª parte das questões sobre o prologo do dr. Trindade Coelho, 1 vol. de 372 pag. 500 réis.

Prosas, Theophilo Braga. 1 vol. de 745 pag., br. 800 réis

Campo de Flores, 3.ª edição de versos, coordenados pelo dr. Theophilo Braga, um elegante volume de 525 pag., com dois bellos retratos do auctor, preço, br. 700 réis.

Opusculos pedagogicos de João de Deus Ramos.

Guia theorico e práctico da Cartilha Maternal, (obra indispensavel aos que ensinam a ler pela arte de leitura de João de Deus), 160 réis.

Os altos principios do Methodo de João de Deus, 300 rs

Todas estas obras escolares (de leitura e escripta) do methodo de João de Deus acham-se approvadas pelo governo e encontram-se á venda nas principaes livrarias de Portugal. Descontos para revender os do costume.

Os municipios, directores de collegios e professores de escolas tambem terão descontos especiaes.

Pedidos ao deposito geral das obras de João de Deus, Largo do Terreiro de Trigo, n.º 20, 1.º—LISBOA.

Os srs. professores ou directores de collegios que pretendam quaesquer explicações acerca das obras escolares de JOÃO DE DEUS, podem dirigir-se á viuva do auctor (ou ao dr. João de Deus Ramos), rua João de Deus, 13, 1.º (á Estrella), Lisboa, aonde continuam a dar-se CURSOS GRATUITOS, explicando o referido methodo.

CONSULTORIO DENTARIO DE THEOPHILO REIS
Cirurgião-dentista pela Universidade de Coimbra
Extrahe, obtura, colloca dentes e encarrega-se do concerto de dentaduras
R. DIREITA, 58, 1.º AVEIRO

BAGAÇOS ALIMENTARES
VENDEM-SE na antiga casa de Manuel Maria, largo do mesmo nome, rua direita, d'esta cidade, e por preços vantajosos os melhores bagaços para alimentação de todos os animaes.

DEPOSITO DE MACHINAS DE COSTURA

DA ACREDITADA FABRICA

“PFAFF.”

Fundada em 1862 em KAISERSLAUTERN

São estas as melhores machinas de costura

- A machina «PFAFF» para costureiras.
- A machina «PFAFF» para alfaiates.
- A machina «PFAFF» para modistas.
- A machina «PFAFF» para sapateiros.
- A machina «PFAFF» para seleiros.
- A machina «PFAFF» para corrieiros.
- A machina «PFAFF» para toda a classe de costura, desde a mais fina cambráia ao mais grosso cabedal.

A machina «PFAFF» é sem duvida a rainha de todas as machinas de costura

Ensino gratis. Garantia illimitada.
A prestações e a dinheiro com grandes descontos.
Para collegios e escolas de meninas, preços e condições especiaes.
Vende-se agulhas, oleo, accessorios e peças soltas para toda a classe de costura.
Conserta-se machinas de todos os systemas.

Peçam catalogos illustrados que se remetem gratuitamente.
Pedidos a

José Maria Simões & Filho

ANADIA—SANGALHOS

LIVRO COMMERCIAL

TRATADO DE CONTABILIDADE

Pelo guarda livros RICARDO DE SÁ

Chefe da contabilidade do Banco Nacional Ultramarino. Ex-professor proprietario da 5.ª cadeira do Atheneu Commercial de Lisboa Perito ante os tribunaes Commercial e Civil. Publicista

E' sobejamente conhecido em todo o paiz o nome do auctor para que precisamos recomendar o valor d'esta obra, indispensavel ao commercio e á industria em geral.

Esta obra compôr-se-ha aproximadamente de 50 fasciculos de 16 paginas a 70 réis.

Assigna-se na «A EDITORA», Largo do Conde Barão, 50—LISBOA; e no Porto, na Livraria Chardron de Lello & Irmão, Rua dos Clerigos, 96 e 98, e em casa de todos os seus agentes nas provincias, ilhas e ultramar. Envia-se o fasciculo specimen a quem o requisitar.

A NOVA PHASE

DO

SOCIALISMO

POR

JOÃO DE MENEZES

A' venda na Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 158, rua da Prata, 160—LISBOA.

Preço 200

RUDIMENTOS DE AGRICULTURA

POR

ANTONIO X. PEREIRA COUTINHO

LIVRO APPROVADO NO ULTIMO CONCURSO PELA DIRECÇÃO GERAL D'INSTRUCCÃO PUBLICA

PREÇO PELO CORREIO, 280 RÉIS

A' venda em todas as livrarias do continente, ilhas e ultramar, e na CASA EDITORA LIVRARIA AILLAUD Rua do Ouro,—242-1.º LISBOA

ARMAZENS

DA

BEIRA-MAR

DE

MANUEL GONÇALVES MOREIRA

PRAÇA DO COMMERCIO, 19 A 22 R. DOS MERCADORES, 1 A 5

AVEIRO

D'aqui levarás tudo tão soejo (Luz. Cam.)

Preços fixos

VENDAS SO A DINHEIRO

CONFECÇÕES:

Fazendas de novidade de lã, linho, seda e algodão. Camisaria, gravataria, livraria, papelaria e mais objectos de escriptorio. Officina de chapelaria. Chapéus para homem, senhora e creanças. Centro de assignatura de jornaes de modas e scientificos, nacionaes e estrangeiros.

Importação directa de artigos da Madeira: obra de verga, bordados, rum e vinho (qualidade garantida).

Unico deposito dos vinhos espumosos da Associação Vinicola da Bairrada.

Representante da casa Beirão, de Lisboa, encarrega-se de mandar vir bicyclettes *Clement* e machinas de costura *Memoria*, bem como todos os accessorios para as mesmas.

Lonças de porcelana, quinquilharias, bijouterias, perfumarias (importação directa).

Flôres artificiaes e corôas funerarias.

Ampliações photographicas. Encadernações.

N. B.—Não se aviamentem commendas que não venham acompanhadas da respectiva importancia.

MAIS UM TRIUMPHO!

As machinas para coser da Companhia SINGER obtiveram na Exposição de Paris de 1900 o mais alto premio, Grand-Prix.

E' mais uma victoria junta a tantas outras que estas excellentes e bem construidas machinas tem alcançado em todas as exposições.

AVEIRO

75—RUA DE JOSÉ ESTEVÃO—79